

Fechamento de escola é golpe, acusam associações.

Mais uma escola está anunciando que encerrará suas atividades no final do ano por causa da política econômica adotada pelo governo, proibindo a fixação de mensalidades livremente. O Liceu Santo Afonso, na zona Leste, informou que seguirá o mesmo caminho já adotado pelo Colégio Gávea, do Morumbi. Mas para entidades de pais e alunos, tudo isso é “jogada de marketing” e “medida de pressão” para sensibilizar a sociedade.

O diretor do Liceu Santo Afonso, José Carlos Setti, argumentou que além da política econômica, a escola enfrenta problemas de manutenção e precisa reformar o prédio, equipar-se com recursos pedagógicos e necessita de espaço para crescer: “Eles que-

riam investir em reforma, o que deixa claro que o problema não é de prejuízo mas de diminuição dos lucros”, observou Mauro Bueno, da Associação Intermunicipal de Pais e Alunos, acrescentando que o Colégio Gávea, que recentemente anunciou o fim de suas atividades, “ao que se sabe, recebeu uma proposta financeira irrecusável pelo seu terreno”.

Para Bueno esse movimento das escolas “é marketing puro”. E criticou: “As mantenedoras se esquecem que existem leis e que escola é uma atividade social, não é como boteco, que pode abrir e fechar quando bem entende”.

Já a presidenta da Associação de Pais do Estado de São Paulo, Hebe Tolosa, lembrou que em 87 e 88 os donos de escolas

particulares fizeram o mesmo tipo de pressão, ameaçando e fechando uma escola hoje e abrindo outra depois, “com mensalidades até três vezes maiores”. E exemplificou: o Colégio Claretiano, de Guarulhos, fechou no final do ano retrasado e no mesmo lugar abriu o Colégio Farias Brito; a escola O Pequeno Mundo de Toledo, na Vila Mariana, na mesma época, diante dos protestos dos pais por causa das mensalidades, vendeu seu terreno e abriu uma escola em outro lugar, no ano seguinte; e a Escola Dinâmica parou na ameaça de fechamento.

Enquanto isso, o diretor-administrativo da Associação das Escolas Particulares, Mauro Salles Aguiar, também diretor do Colégio Bandeirantes, disse que

vem orientando as afiliadas da entidade para que tentem sensibilizar os pais de alunos a pagar a mensalidade estipulada pela escola.

Imposição

Em Goiânia, os donos de escolas decidiram impor sua própria política econômica. A partir do próximo ano, os pais que quiserem matricular seus filhos na rede privada terão de assinar um “contrato de prestação de serviços”, comprometendo-se a pagar os reajustes das mensalidades segundo o critério definido pela própria escola, “sem qualquer reação”. E decidiram mais: proibir a criação das associações de pais nas escolas, que “suponham” apenas a organização os alunos em grêmios.